

Ebook

Crise internacional: Ajustar o rumo e melhorar o funcionamento sistémico



Por Roberto Sansón Mizrahi
Editor de Opinión Sur.



South North
Development Initiative

Temario

Introdução

Capítulo 1

Raízes estruturais e funcionais da crise

Capítulo 2

Crise internacional: ajustar o rumo

Capítulo 3

Encarando a crise: debandada e soluções

Capítulo 4

Sair da crise para um melhor funcionamento sistêmico

Capítulo 5

Crise nos Estados Unidos: sugestões vindas do Sul

Introdução

Se o colapso econômico internacional houvesse sido produzido tão somente porque se travou o bom funcionamento da maquinaria econômica, a solução seria destravar o que foi travado, “deixar a roda rodar”. Desse modo, o sistema pré-existente se recuperaria e, ao voltar a funcionar, iria resolvendo os problemas que hoje sofremos, incluindo a recessão e o extenso desemprego.

Esta é a essência de uma visão funcionalista da crise. Haveria que dizer que são muitos os entraves que atrapalham o bom funcionamento da maquinaria econômica e que, a princípio, nada impediria de tentar remove-los de modo a devolver o vigor e a efetividade perdida. Mas ocorre que isto não é simples de conseguir, não somente porque as travas funcionais são numerosas, senão porque ademais estão estreitamente vinculadas com distintos interesses que lutam entre si para conseguir reproduzir-se. De todos os modos será sempre muito positivo desprender os maiores esforços para melhorar a nossa forma sistêmica de funcionar.

Outras visões observam que não foi tão somente o mau funcionamento da maquinaria economia que gerou os problemas contemporâneos, senão mais especificamente o rumo sistêmico que orienta a marcha. A maquinaria econômica, que é conduzida por pessoas e organizações que cuidam de seus interesses particulares, se encaminhou por uma direção que tende a produzir desastres ambientais, graves conflitos sociais e séria instabilidade política.

Este é um tema complexo que entrecruza o econômico com o político, o social, o ambiental e engloba um bom número de fatores. Entre eles, há um fator que envolve a todos e que parece não ser sido levado muito em conta ao considerar o gênese e o desenvolvimento da presente crise: a alienação na qual muitos temos caímos, em relação ao significado que atribuímos ao que somos e ao que fazemos. Esta alienação, que transcende o âmbito da filosofia e da psicologia individual, se projeta sobre a

marcha do sistema global, conduzindo a um compulsivo consumismo, a destruição inmisericorde do meio ambiente, a uma acumulação desenfreada de receitas, a exacerbação do egoísmo que leva a ignorar os protelados e os indigentes que são maioria neste mundo.

Nos capítulos que seguem se analisa uma maquinaria socioeconômica de funcionamento imperfeito que é conduzida para um rumo desbalanceado que afeta o planeta em seu conjunto. Frente a isso, se estabelece um esforço dobrado de ajustar o rumo e, simultaneamente, melhorar a efetividade de nossa forma de funcionar.

Capítulo 1

Raíces estructurales y funcionales de la crisis

A estrutura social, econômica e política de um país condiciona a forma em que ele funciona; e a forma em que um país funciona tem impacto sobre sua estrutura. Alguns fatores estruturais causam sérios desajustamentos funcionais que, junto com as formas disfuncionais de funcionamento, desencadeiam situações explosivas, como a atual crise global. Diante disso, é preciso escolher entre diferentes opções: desde a adoção de soluções orgânicas que assegurem a sustentabilidade do sistema, até o emprego de substitutos que permitam ganhar tempo, adiando o desenlace. Como caracterizamos essas opções e que tipo de medidas devemos implementar em cada caso? É possível construir uma senda intermédia entre a auto-regulação e o dirigismo?

A estrutura social, econômica e política de um país condiciona a forma em que ele funciona; e a forma em que um país funciona tem impacto sobre sua estrutura. Uma estrutura deficiente compromete o funcionamento em matéria de rumo e de desempenho sistêmico, e o tipo de funcionamento socioeconômico causa efeitos diretos sobre a própria estrutura. Essa inter-relação vai tecendo a dinâmica social, econômica e política de um país. Algo similar, mas com uma maior complexidade institucional, acontece a nível internacional.

Para exemplificar como essa inter-relação entre o estrutural e o funcional se desenvolve na prática, tomemos uma das características comuns à maioria dos países: a desigualdade. A desigualdade implica a existência de segmentos mais ricos que outros dentro da mesma população. Em alguns casos, as diferenças entre segmentos são enormes e tendem a aumentar; em outros, as diferenças são um pouco menores, mas tendem a se manter estáveis ou a se agravar.

As diferenças patrimoniais de uma estrutura socioeconômica desigual se manifestam de várias maneiras; entre outras, na segmentação da demanda efetiva e na concentração da capacidade de poupança.

Efeitos da segmentação da demanda efetiva

A segmentação da demanda efetiva resulta na coexistência entre os estratos afluentes, de consumo supérfluo, e os estratos populares que apenas conseguem cobrir suas necessidades básicas; no meio ficam os estratos médios, que consomem bens básicos e que, quando dispõem de recursos excedentes, reproduzem, no seu âmbito, os padrões de consumo supérfluo prevalecentes.

Como é que essa segmentação da demanda, decorrente de uma estrutura econômica desigual, influi no funcionamento do país? De diferentes formas, algumas delas de caráter econômico e outras de caráter sociopolítico. Em princípio, o consumo supérfluo dos segmentos afluentes e de alguns segmentos médios dá origem à existência de um setor da estrutura produtiva voltado para a produção desses bens supérfluos. Isso resulta na distribuição sub-ótima, em termos sociais, dos recursos disponíveis e, ao mesmo tempo, no surgimento de atores econômicos (as empresas fornecedoras de bens supérfluos) interessados em manter tanto esse tipo de consumo supérfluo quanto a estrutura desigual que o origina e o sustenta.

Há ainda mais efeitos. O consumo supérfluo dos segmentos afluentes não basta para cobrir a oferta de todos os bens e serviços que a estrutura produtiva —em contínuo processo de expansão— é capaz de gerar. Para que o crescimento da oferta disponível possa ser sustentado, é preciso que a demanda cresça ao mesmo ritmo. Quando o processo de acumulação se torna cada vez mais concentrado, acontece a quebra desse equilíbrio e, caso não exista uma intervenção exógena —proveniente de fora do sistema econômico—, a demanda tende a ficar atrasada em relação à oferta.

Diferentes reações possíveis diante do desequilíbrio

Aqui surge um aspecto essencial do funcionamento econômico: como é que o sistema deve reagir para ajustar um desequilíbrio que pode comprometer sua expansão?. Uma das fórmulas —que chamamos de crescimento orgânico— consiste em aumentar, aos poucos, a renda dos consumidores para que eles possam absorver a oferta do sistema produtivo com recursos genuínos. Se isso der certo, a oferta vai acompanhar a demanda

e vice-versa, mesmo que a composição de cada uma delas sofra alterações como consequência das mudanças registradas nas preferências dos consumidores, as quais são muito influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico, o lançamento de novos bens e serviços, e o maior conhecimento ou valorização dos diferentes tipos de “satisfatores” disponíveis. Contudo, e além dessa significativa dinâmica interna impulsionada pela inovação e pelas descobertas, o fato é que, a nível agregado, a oferta e a demanda, a demanda e a oferta, cresceriam organicamente.

Porém, se existisse —tal como acontece na realidade— um processo de concentração da riqueza que resultasse na concentração da renda e, portanto, num poder de compra e numa capacidade de poupança desiguais, esse crescimento orgânico ficaria ameaçado. Abriria-se, pouco a pouco, uma perigosa brecha entre a capacidade de produção e o consumo de produtos, que, se não fosse corrigida, poderia travar o funcionamento da economia e, eventualmente, conduzi-la ao colapso: diante da queda na demanda, muitas empresas fecham suas portas, o desemprego aumenta, a renda cai, a demanda recua ainda mais, e isso que costumava ser um círculo virtuoso vira uma viciosa espiral descendente.

Mas, é isso inevitável? De jeito nenhum. Antes de colapsar, o sistema econômico procura achar outras saídas, algumas delas saudáveis do ponto de vista sistêmico, e outras que apenas adiam o desenlace traumático.

Quando há tensão, causada pelo fato de que a demanda não consegue acompanhar a oferta, é possível lançar mão de uma bateria de eficazes medidas. Essas medidas visam gerar e oferecer acesso a recursos capazes de sustentar uma demanda genuína. Quais esses recursos?

(i) Possibilidades oferecidas pelo setor externo

Uma das possibilidades consiste em captar recursos a partir da demanda externa por produtos nacionais. Isto é: o país pode exportar parte de sua produção para outros países, colocando no exterior aquilo que o mercado interno não é capaz de absorver.

Porém, isso representa uma dupla limitação: por um lado, há muitos outros países que concorrem pelos mesmos compradores; por isso, bem que existam nichos muito interessantes, que vale a pena explorar a fundo, o principal esforço deve consistir em aumentar a competitividade, melhorando a produtividade e assumindo a vanguarda, tanto quanto possível, em matéria de inovação e novas tendências. É provável que o país possua vantagens competitivas com respeito a alguns produtos exportáveis, que lhe permitam não depender exclusivamente do mercado interno. Nesse caso será preciso atender a quem exporta e a como a receita obtida com as exportações é aplicada no país. Mas, cuidado: nossas unidades de produção também vão sofrer a concorrência forânea dentro do próprio mercado interno, por causa de importação de bens e serviços que captam parte dos recursos gerados no país. Quer dizer que o setor externo oferece tanto oportunidades quanto desafios que podem se transformar em ameaças. É muito, pouco ou nada o que o país pode conseguir graças ao setor externo, dependendo das circunstâncias internacionais e da eficácia de nossas próprias decisões.

(ii) A possibilidade de gerar recursos internos genuínos

Por outro lado, é possível gerar recursos genuínos dentro do país para alimentar o consumo interno. Existe uma enorme variedade de políticas para conseguir que a renda que o processo de concentração coloca em poucas mãos comece a ser distribuída de uma maneira mais eqüitativa, abatendo ou reduzindo a desigualdade. Esse tema foi tratado em edições anteriores da *Opinión Sur*, portanto não nos estenderemos sobre ele neste artigo. Basta lembrar (i) as macropolíticas em matéria fiscal, de gasto público, de estabilidade monetária, de canalização da poupança para o investimento real, e de promoção das exportações; (ii) as iniciativas mesoeconômicas de empresas que lideram arranjos produtivos, destinadas a fortalecer as cadeias de valor, assegurando uma justa distribuição dos resultados entre seus integrantes e otimizando os efeitos secundários de suas decisões estratégicas sobre outros atores; e (iii) as ações diretas de apoio à base da pirâmide socio-produtiva que visam ministrar conhecimentos de excelência, financiar a formação de capital, dar assistência durante o desenvolvimento da gestão, desenhar boas estruturas de negócios, e facilitar o acesso aos mercados.

(iii) A decisão de recorrer a soluções substitutas

Pois bem, o que aconteceria se, por motivos políticos, por causa do choque de poderosos interesses, por negligência, ou por qualquer outra razão, essas medidas destinadas a criar uma base de recursos genuínos não fossem aplicadas (ou fossem aplicadas a um nível próximo da mera cosmética, sem maior envergadura ou transcendência)? Nesse caso, como o sistema nunca decidiria cometer suicídio no curto prazo, ele lançaria mão de pobres substitutos que não resolveriam, mas adiariam, o problema da defasagem estrutural entre a oferta e a demanda. Além disso, existem soluções ligadas à repressão e ao estabelecimento de regimes autoritários, mas não as consideraremos nestas linhas, já que temos decidido colocar o foco naquelas soluções que podem ser aplicadas nos países com sistemas mais ou menos democráticos (há muito a ser dito sobre a democracia política e a democracia plena, que é aquela que abrange os direitos econômicos, sociais e ambientais). Uma das soluções substitutas consiste em fornecer financiamento aos segmentos da população que não contam com uma renda genuína que lhes permita se expressar como consumidores no mercado. Para isso, os critérios que servem de base para a concessão de créditos devem ser flexibilizados a fim de que mais pessoas tenham acesso, por mais tempo, aos empréstimos que renovam ano após ano. É óbvio que, depois de alguns ciclos creditícios, se a base de renda genuína dos consumidores não melhorar, eles vão cair na clássica e bem conhecida situação de superendividamento. Isto significa, em palavras mais simples, que eles não poderão fazer frente ao pagamento dos créditos. Quando os que não podem honrar suas dívidas são poucos, é possível controlar o problema, mas quando se trata de um fenômeno massivo, a debacle é inevitável, tal como aconteceu com as famosas hipotecas subprime e o explosivo segmento dos cartões de crédito. As conseqüências estão à vista de todos.

Efeitos da concentração na capacidade de poupança

Infelizmente, os acima descritos não são os únicos efeitos decorrentes da existência de uma estrutura socioeconômica marcada pela concentração da riqueza.

Ainda há que se considerar o papel da concentração da poupança em determinados segmentos do sistema econômico.

Os segmentos que se beneficiam com o processo de concentração acumulam enormes excedentes financeiros que precisam ser reciclados. Em tempos normais, esses recursos excedentes não costumam ser imobilizados, mas soem ser transformados em aplicações financeiras ou colocados na economia, visando a obtenção, dados certos níveis de risco, dos melhores rendimentos possíveis⁽¹⁾. No entanto, à medida que o processo de concentração restringe a demanda efetiva, as oportunidades de bons investimentos na economia real diminuem, promovendo o desvio das aplicações para transações financeiras especulativas, inclusive para aquelas destinadas a sustentar o nível de consumo além do duro limite imposto pela renda genuína.

O sistema financeiro cria produtos complexos para absorver os excedentes que precisam ser reciclados, obtendo um alto retorno ao longo do processo. Para captar os recursos excedentes, os agentes financeiros concorrem entre si em termos de preços (taxas de retorno), os quais são ponderados com base no risco de cada transação. Os maiores retornos são os obtidos através de audaciosas manobras de engenharia financeira e de um certo encobrimento dos riscos implícitos, tal como aconteceu com os mencionados créditos hipotecários “subprime” e com os cartões de crédito, onde se procurou diluir responsabilidades mediante complexas operações e redes de intermediação e derivação. Eis um outro fator que completa e reforça o perigoso círculo vicioso que conduz à crise.

Uma conclusão aberta a diferentes opções Desta análise, focada numa das principais características estruturais da atualidade (a desigualdade causada por um processo de acumulação e concentração), podemos tirar algumas conclusões importantes. Se bem que uma parte das condições que favorecem a ocorrência de uma crise tenha origem na existência de uma estrutura socioeconômica caracterizada pela concentração da riqueza, é possível minorar os desajustamentos resultantes (e, em alguns casos, até eliminá-los) sem afetar a composição dessa estrutura, desde que as

medidas a serem adotadas em relação à forma de funcionamento contra-arrestem os efeitos estruturais.

Fica claro, sim, que se a uma estrutura viciada de concentração acrescentássemos uma forma de funcionamento incapaz de contra-arrestar os efeitos desestabilizadores, as crises desse tipo, como a que a maior parte do mundo atravessa hoje, seriam inevitáveis.

Nesta altura da análise, é preciso elucidar uma obviedade. Apesar de sua vital importância, a desigualdade não é o único fator que incide sobre o curso dos acontecimentos. Há outros fatores muito significativos e não podemos cometer o gravíssimo erro de ignorá-los, já que, de uma forma ou outra, eles se condicionam e se potencializam uns aos outros: a deterioração ambiental, a competitividade sistêmica, os regimes políticos, a institucionalidade global, as diferenças existentes em matéria de poder militar, a concentração dos cada vez mais estratégicos meios de comunicação, a ação ameaçadora das organizações criminosas, o contexto de valores de cada sociedade, e a influência que nosso comportamento individual exerce sobre os processos locais e, de forma indireta, sobre o curso dos acontecimentos mundiais.

Alguns consideram que o gerenciamento, a médio e longo prazo, de todas as variáveis que estão em jogo é impraticável, enquanto outros opinam o contrário. Quanto a mim, acho que existem mecanismos sistêmicos de auto-regulação para encarar os desajustamentos pequenos ou médios causados por algumas das combinações possíveis entre estrutura e forma de funcionamento, mas tudo parece indicar que os desajustamentos mais significativos ultrapassam a capacidade de auto-regulação. É certo que o sistema econômico poderia ajustar, a nível endógeno, os pequenos e múltiplos desvios existentes, mas é difícil negar que se precisa de decisões exógenas, vindas de fora da economia, para superar as disfunções graves e assegurar um bom funcionamento sistêmico. O piloto automático é útil para encarar alguns trechos da trajetória; porém, quando em momentos cruciais ou de turbulência é necessário efetuar importantes mudanças estratégicas, temos de recorrer a nossa capacidade de liderança para ajustar o rumo e, mais tarde, poder sustentá-lo.

Notas:

1- Mesmo que uma promissora corrente de investimento responsável comece a adquirir relevância, geralmente os critérios de rentabilidade e risco que servem de base para a aplicação de recursos não consideram o impacto social e ambiental dos investimentos, evidenciando que ainda não existe um mecanismo de auto-regulação capaz de assegurar uma melhor utilização global da poupança disponível.

Capítulo 2

Crise internacional: ajustar o rumo

Entre os fatores que originaram a atual crise internacional há alguns que são evidentes –como é o caso da debacle do sistema financeiro que detonou a crise- e outros que são menos evidentes, mesmo que igualmente importantes. Sem a presença desses outros fatores, a crise, muito provavelmente, não teria existido ou seus efeitos teriam sido infinitamente menores. Quais esses outros fatores? Eles são muitos e variados, e não se limitam apenas ao mundo econômico, mas também estão relacionados com os sistemas de governo e as condutas sociais dominantes.

Entre os fatores que originaram a atual crise internacional há alguns que são evidentes –como é o caso da debacle do sistema financeiro que detonou a crise- e outros que são menos evidentes, mesmo que igualmente importantes. Sem a presença desses outros fatores, a crise, muito provavelmente, não teria existido ou seus efeitos teriam sido infinitamente menores.

Quais esses outros fatores? Eles são muitos e variados, e não se limitam apenas ao mundo econômico, mas também estão relacionados com os sistemas de governo e as condutas sociais dominantes. Nas linhas a seguir vamos analisar alguns dos principais fatores intervenientes, procurando oferecer uma visão mais ampla sobre a natureza da crise, sua dinâmica e as medidas que poderiam contribuir para sua superação.

Funcionamento econômico entravado pela desigualdade

Um dos principais fatores que entravam o funcionamento econômico é a crescente desigualdade existente entre os diferentes países e, dentro de cada país, entre os diferentes segmentos sociais. Trata-se de um fenômeno bem conhecido e documentado.

A desigualdade é causada por um peculiar processo de acumulação voltado para a concentração da riqueza. Isso significa que existem vários tipos de processos de

acumulação: alguns deles geram uma agressiva concentração da riqueza, e outros conduzem a uma concentração menor ou muito moderada.

Segundo parece, todo processo de acumulação pende, quase naturalmente, para a concentração, a menos que intervenham decisões exógenas —provenientes de fora do sistema econômico— que compensem essa tendência. Essas decisões que favorecem a desconcentração provêm de diferentes atores.

As mais significativas são as tomadas no âmbito governamental com o objetivo de redistribuir o fluxo da renda; entre outras, as decisões relacionadas com o nível e a distribuição da carga impositiva, com o repasse de verbas, com a política monetária e de acesso ao crédito, com as formas em que a poupança nacional é encaminhada para diferentes tipos de investimentos, e com a adoção de regulações sociais e ambientais.

Uma outra questão que incide sobre o tipo de acumulação dominante é a das decisões tomadas pelas empresas, principalmente pelas que lideram arranjos produtivos, em matéria de salários, preços, tecnologia, fontes de abastecimento e destino dos produtos fabricados. Essas decisões estratégicas causam efeitos primários nas próprias empresas e, ao mesmo tempo, efeitos secundários em outros atores econômicos das comunidades nas quais elas atuam. A capacidade de avaliar os efeitos secundários e de ajustar as decisões estratégicas para maximizar o impacto positivo deles constitui o pilar da denominada responsabilidade mesoeconômica das empresas que lideram arranjos produtivos.

Por diversos motivos e circunstâncias políticas e econômicas, o processo de acumulação dominante teve, e ainda tem, um forte caráter concentrador. A concentração da renda condiciona o funcionamento do sistema econômico; é um fator de grande impacto na dinâmica econômica que conduz a uma crise.

O impacto da concentração na crise

* Em primeiro lugar, a concentração conduz à segmentação da demanda efetiva.

Os segmentos afluentes favorecidos pela concentração, desde que têm suas necessidades básicas totalmente cobertas, geram uma demanda por certos bens, muitas vezes supérfluos, que lhes permitem se diferenciar socialmente do resto. Essa demanda envia sinais ao sistema produtivo para que ele gere esse tipo de bens e serviços, originando, assim, uma distribuição sub-ótima da poupança nacional e criando, ao mesmo tempo, interesses corporativos comprometidos com a sustentação desse padrão de consumo e, de maneira indireta, do processo de concentração que lhe dá fundamento.

O consumo supérfluo coexiste com a presença dos segmentos de baixa renda que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas; desse modo, a participação deles na demanda efetiva fica muito reduzida. Por sua vez, os segmentos médios da população são capazes de cobrir suas necessidades básicas, e quando dispõem de recursos excedentes eles geralmente reproduzem, induzidos pela propaganda, boa parte do padrão de consumo supérfluo.

* Ao mesmo tempo, os segmentos que se beneficiam com o processo de concentração acumulam enormes excedentes financeiros que precisam ser reciclados. Em tempos normais, as pessoas não soem imobilizar seus recursos excedentes, e sim procuram transformá-los em aplicações financeiras ou colocá-los na economia real, visando a obter, dados certos níveis de risco, os melhores rendimentos possíveis. No entanto, o processo de concentração e seus efeitos sobre a demanda efetiva reduzem o potencial de oportunidades na economia real, encaminhando as aplicações para transações financeiras cada vez mais mediatizadas ou afastadas da economia real.

O sistema financeiro cria produtos complexos destinados a absorver os excedentes que precisam ser reciclados, obtendo um alto retorno ao longo do processo. Porém, isso resulta num perigoso círculo vicioso que, se não for alterado, acaba por colapsar. Para captar os recursos excedentes, os agentes financeiros concorrem entre si em termos de preços (taxas de retorno), os quais são ponderados com base no risco de cada transação. Os maiores retornos são os obtidos através de audaciosas manobras de engenharia financeira e de um certo encobrimento dos riscos implícitos, tal como

aconteceu com os créditos hipotecários “subprime” e com outros empréstimos para o consumo (cartões de crédito). Se a base de sustentação não se tornar mais ampla, o processo vira intrinsecamente insustentável.

* Diante dos desajustes decorrentes do processo de concentração, qual a reação do sistema econômico? Uma solução orgânica destinada a assegurar que o crescimento da produção seja sustentável e não se estreite consiste na redução ou na reversão da concentração da renda. Isso possibilita a ampliação do mercado consumidor com base na renda genuína e, ao mesmo tempo, facilita o surgimento de novas oportunidades na economia real capazes de absorver produtivamente os recursos financeiros existentes.

Infelizmente, esse não é o rumo escolhido. Ao invés, e diante da ausência de uma intervenção corretora exógena, o sistema econômico procura estender sua forma de funcionamento sem mudar a tendência para a concentração: em lugar de incrementar a renda genuína dos segmentos médios e baixos da população, ele lhes proporciona financiamento. Desse modo, e após alguns ciclos creditícios em que as dívidas dos consumidores crescem a uma taxa que supera sua renda, sobrevem, quase de maneira inevitável, uma situação de superendividamento geral.

A permanente reciclagem de recursos excedentes através de transações financeiras afastadas da economia real acaba por gerar bolhas especulativas que estouram intempestivamente. Afinal, em lugar de abater ou desarticular o processo de concentração e seus efeitos, a dinâmica econômica acaba por cevar a bomba que desencadeia uma destruidora e penosa explosão.

A futilidade dos resgates que não mudam a forma de funcionamento

O que esta análise procura salientar acerca das medidas a serem adotadas para superar a crise é muito claro: aquelas medidas que não forem capazes de mudar a forma de funcionamento de nossas economias, baseada na concentração, serão fúteis ou, quando menos, insuficientes. É possível que uma ingente injeção de recursos ajude a atenuar os problemas por algum tempo, mesmo que se trate de uma estratégia

insuficiente; porém, se isso não bastar para mudar a dinâmica que conduz à crise, essa situação de crise tenderá a se reproduzir mais cedo ou mais tarde. Assim, os esforços acabarão sendo infrutíferos; talvez não para todos, mas, sem dúvida, para aqueles que em última instância tenham de financiar os custosos planos de resgate financeiro lançados.

* Quais as medidas corretoras que verdadeiramente poderiam contribuir para a superação da crise atual? Aquelas que encaminhem a transição para a acumulação não-concentradora. Entre elas (muitas das quais já foram tratadas em edições anteriores da *Opini3n Sur*), as seguintes:

- Macropolíticas destinadas a abater a desigualdade e a sustentar o crescimento, voltadas para o 3mbito fiscal, o gasto p3blico, a estabilidade monet3ria, e a canaliza33o da poupan3a para o investimento real.
- Iniciativas mesoecon3micas de empresas que liderem arranjos produtivos, voltadas para o fortalecimento da cadeia de valor, que assegurem uma justa distribui33o dos resultados entre seus integrantes e que otimizem os efeitos secund3rios de suas decis3es estrat3gicas sobre outros atores econ3micos.
- A33es diretas de apoio 3 base da pir3mide s3cio-produtiva destinadas a ministrar conhecimento de excel3ncia, financiar a forma33o de capital, dar assist3ncia para o desenvolvimento da gest3o e de uma boa estrutura de neg3cios, e facilitar o acesso aos mercados.

Defasagem entre as for3as econ3micas globais e a gest3o pol3tica nacional

O estouro da crise internacional ocorre num mundo onde as for3as econ3micas t3m peso global, enquanto a gest3o pol3tica continua tendo somente alcance nacional. Houve uma quebra ou defasagem entre o desenvolvimento econ3mico internacional e a gest3o p3blica internacional. Isso ficou absolutamente evidente nos primeiros momentos da crise mundial: a rea33o inicial foi descoordenada e cada pa3s procurou se salvar por si mesmo. Logo depois, o mundo tomou consci3ncia de que n3o s3o a

economia de um país entrava em crise, mas também o conjunto das economias centrais, com prováveis impactos sobre o mundo em desenvolvimento.

Dada a ausência de um governo global, e diante do fenomenal impacto mundial da crise, foi necessário que os diferentes países concertassem suas respostas, sob a liderança dos Estados Unidos e da União Europeia, e com a menos notória, embora crucial, participação da China, da Índia e das outras locomotivas asiáticas.

Esse fator —o fato de que haja problemas globais, mas não um governo internacional—representa uma severa restrição na hora de fazer frente à crise e de corrigir as dinâmicas que a originaram. Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de certas mudanças institucionais.

É preciso tentar uma transição para uma nova ordem internacional que deixe para trás a desigualdade extrema e conte com instituições de governo bem articuladas com a gestão dos governos nacionais. Seria algo parecido com o que aconteceu num passado distante, quando os governos nacionais foram estabelecidos e as cidades-estado e as jurisdições locais tiveram que se adaptar à nova situação.

Com certeza, essa transição não é simples, já que exige a conciliação de um grande número de interesses diversos. Há questões muito complexas, como as relacionadas com a identidade e a nacionalidade (é preciso preservar as diferenças e a diversidade com o maior respeito), e a distribuição de funções entre os âmbitos local, nacional e global. Trata-se de encarar os problemas globais sem limitar a competência de cada um para fazer frente com eficácia aos problemas nacionais ou locais. É um tema complexo e controverso, já que a interação existente entre os diferentes âmbitos e níveis de atuação torna imprecisos os limites do global, do nacional e do local; mesmo assim, é preciso explorar a melhor maneira de levar a cabo essa transição.

A sociedade desconcertada

A aceleração e as rápidas transformações dos tempos atuais atingem todos os segmentos sociais (os jovens e os indigentes são os mais afetados), fazendo com que a sociedade fique cada vez mais desconcertada. Há um olhar perplexo diante dos problemas e desafios, portanto a capacidade de reação para achar soluções é baixa; isso causa mais ansiedade, desnorreamento e alienação, estados que se traduzem em vícios (álcool, drogas, jogo, consumismo) e em atos de niilismo, intolerância, agressividade, e violência social e doméstica.

Uma sociedade desconcertada contribui para a sustentação da dinâmica que conduz à crise e evidencia debilidade para compreender, resistir e modificar determinadas condutas. Esse tipo de sociedade facilita a manipulação de vontades e o desenvolvimento de uma cultura do medo que, diante de uma crise, se transforma em pânico e magnifica enormemente o impacto da crise.

Em presença de uma situação assim, impõe-se um trabalho permanente voltado para o esclarecimento, a compreensão de dinâmicas complexas, a capacidade de identificar as melhores opções disponíveis, o fortalecimento da autoconfiança e da resiliência, e a motivação para encarar e superar as dificuldades. Se precisa de ações destinadas a elevar a consciência individual e coletiva, e a fortalecer os valores adaptados à atual fase histórica da humanidade.

Não há uma poção mágica ou um indivíduo iluminado capazes de acabar com o desconcerto. A ajuda, entretanto, pode vir dos esforços cotidianos do setor público, do setor privado e das organizações da sociedade civil destinados a acrescentar capacidade de reflexão, pensamento estratégico e ação transformadora a todas as frentes de nossa vida social e política.

Capítulo 3

Encarando a crise: debandada e soluções

Em uma crise, cada qual procura evitar os efeitos indesejados e descarregá-los em outrem. Como em toda debandada, aquele que não conseguir se apartar a tempo acaba por ser esmagado pela manada. Como podemos fazer frente a esta crise para mitigar seus efeitos e ainda cair de pé? Isso vai depender da evolução das circunstâncias contextuais (que não podemos controlar), mas também, e muito especialmente, de nossas próprias reações: persistem antigos problemas que minaram nossas potencialidades e há novas decisões a serem adotadas. Isso, sim, está em nossa órbita de responsabilidade.

Estamos enfrentando uma crise mundial que teve origem no descalabro do sistema financeiro dos países centrais. Seus efeitos se fazem sentir em toda parte, mesmo que de maneira desigual. Existe uma desaceleração generalizada e, em muitos casos, há paralisação e até recessão. Os grandes players mundiais estão analisando a implementação de linhas de defesa e estratégias de saída que podem influir no curso dos acontecimentos, mas não podem evitá-los. Eles procuram coordenar suas políticas a fim de conterem a primeira das reações, o “salve-se quem puder” ou, mais especificamente, o “me salvo sozinho à custa dos outros”. Ainda não se sabe se essa coordenação será sustentada e como as economias emergentes vão reagir, principalmente as locomotivas como a China, a Índia, o Brasil e o México.

Em uma crise, cada qual procura evitar os efeitos indesejados e descarregá-los em outrem. Como em toda debandada, aquele que não conseguir se apartar a tempo acaba por ser esmagado pela manada. Os que estão mais bem posicionados utilizam seu maior poder econômico e seu melhor acesso à informação, aos contatos e ao conhecimento para protegerem seus interesses de uma maneira mais eficaz. Alguns o fazem dentro da legalidade, mas outros ultrapassam seus limites. A maioria deles sabe que o fato de desproteger os interesses próprios de forma individual não ajuda os mais

fracos, e sim facilita a ação depredadora dos urubus e dos lobos; daí a importância de desenhar respostas em forma de políticas e regulamentações.

Com o tempo, surgem lições que os prudentes e os “pescadores de mar revolto” sabem capitalizar. O resto, que é a maioria, não consegue elucidar a lógica da crise, apanha as pancadas, regressa ao rebanho dos incautos e cai novamente em um consumismo que faz com que seus dias fiquem vazios de significação. Os urubus e os lobos mudam de roupa, branqueam sua linhagem e dão lugar a uma nova geração de trepadores sem escrúpulos.

Como podemos fazer frente a esta crise para mitigar seus efeitos e ainda cair de pé? Isso vai depender da evolução das circunstâncias contextuais (que não podemos controlar), mas também, e muito especialmente, de nossas próprias reações: persistem antigos problemas que minaram nossas potencialidades e há novas decisões a serem adotadas. Isso, sim, está em nossa órbita de responsabilidade.

A necessidade de união

Na minha opinião, o fator mais crucial para podermos fazer frente à crise não é de caráter econômico, senão político e social: necessitamos reunir esforços, nos unir para enfrentar os desafios e trabalhar com sucesso nas novas oportunidades. Temos nos desgastado, pois temos passado muito tempo com enfrentamentos internos, com antagonismos que acabaram por exaurir nossa energia e afetar nossa agilidade para reagir. Não faz sentido que demonizemos o adversário e que nos comuniquemos com os outros a partir de uma única verdade, que, sem dúvida, é a nossa. O canibalismo político não enriquece a sociedade, e sim a empobrece. Temos que parar isto; os atos de mesquinhez já representam um peso morto insustentável. A nossa chácara nunca virará vergel no meio deste deserto; ao erodir o campo do vizinho, nós acabamos por cair com ele.

Necessitamos uma liderança unificadora, hábil para alinhar interesses e necessidades. Quem não saiba, não queira ou não possa exercer essa liderança deve ser

castigado nas urnas. Já não há espaço para o “tudo ou nada”; se precisa de concessões mútuas para estabelecer acordos de curto e médio prazo que sejam transparentes, que não encerrem armadilhas e que contenham salvaguardas que possibilitem a preservação dos objetivos caso haja desvios se a situação mudar. A sociedade quer franqueza e busca uma justa distribuição dos resultados, sem qualquer tipo de favoritismo, parcialidade ou clientelismo. A intermediação política é útil, desde que os interesses dos agentes envolvidos nela não afetem os interesses do conjunto da população. Também não é aceitável a existência de conluios destinados a descabeçar uns para ceder o passo a outros; como se o fato de mudar as pessoas, e não a forma de agir, pudesse operar um milagre. Alguns políticos procuram nos convencer de que se sua facção chegasse ao governo, as coisas seriam bem diferentes; porém, a estas alturas nós cansamos de comprovar que uma simples mudança de rostos não basta para solucionar nossos problemas.

Temos os líderes que temos, e com eles, ou apesar deles, teremos que avançar. Na política não cabe a improvisação, e o fato de derribar ou neutralizar os governos não representa contribuição nenhuma, exatamente o contrário. Na verdade, é preferível uma solução subótima, mas positiva, e que possa ser implementada imediatamente, do que outra que talvez seja superior embora incerta quanto à possibilidade real de ela ser finalmente executada. Em lugar de na eterna tentativa para neutralizar os governos conduzidos por adversários, o foco deveria estar na imperiosidade de um grande ato de sinceridade e no alinhamento de interesses, necessidades e valores em relação aos deles, mediante o emprego de toda a gama de modalidades disponíveis destinadas à construção de acordos pluripartidaristas sustentáveis. Depois, haverá tempo para avaliar quem de fato realizou esforços sinceros para conseguir a união da sociedade e gerar soluções, e quem, ao contrário, se dedicou a impor seu mesquinho canto de sereia e sua falsa imagem.

Percorrer um caminho próprio

Com a crise, as estruturas dominantes se debilitam, fato que pode ser proveitoso. A lava derrete os cimentos, e seria bom que não reconstruíssemos aquilo que causou a

destruição. Surgem oportunidades para que desenvolvamos soluções adequadas à nossa situação, e não para que reproduzamos as fórmulas desenhadas para outras realidades. Com prudência e criatividade podemos construir, aos poucos, nossa própria trajetória de desenvolvimento sustentável.

A homogeneização do pensamento estratégico foi desastrosa para os países do Sul; ela nos levou a importar pontos de vista, agendas e soluções que não se ajustam a nossos interesses e a nossa singularidade; ela encurtou nosso leque de opções e mutilou nossa criatividade. É imperioso que recuperemos plenamente a capacidade de pensar e de inovar. Aquelas fábricas de idéias, análises, avaliações e sugestões, consagradas por fortes grupos de interesse, são apenas uma das tantas alternativas possíveis; elas têm direito a continuarem oferecendo sua contribuição, mas, de jeito nenhum, a se ufanarem de fazer isso a partir da “verdade”. É preciso que seu ponto de vista seja misturado com o de nossos analistas, pensadores, cientistas, filósofos e líderes espirituais. Não se trata de que fechemos nossas portas ao mundo e voltemos ao estágio paroquial, e sim de que tenhamos mais confiança em nosso critério a fim de que as opiniões externas enriqueçam, e não substituam, nossas próprias interpretações e decisões.

Isso se torna ainda mais premente no contexto da aceleração contemporânea (1), em que a determinação do rumo adquire maior importância do que a mera geração de potência, no momento em que necessitamos desenhar alertas precoces destinadas a detectar desvios e efeitos indesejados, adotar mecanismos de regulação mais eficazes e escolher líderes com experiência na tarefa de controlar o timão com a presteza necessária para acompanhar as velozes mudanças de situação.

Arranjar a estrutura e a forma de funcionamento

O novo rumo exige uma melhor divisão do esforço e seus resultados. É preciso promover uma dinâmica virtuosa capaz de sustentar a si própria; arranjar primeiro nossa forma de funcionamento para poder gerar transformações na estrutura socioeconômica que facilitem, por sua vez, uma permanente melhoria do funcionamento sistêmico.

Quando falamos em arranjar a forma de funcionamento estamos falando de tomar medidas e adotar políticas de grande impacto, e não apenas de propor programas especiais de aspecto atraente e de pouca significação. Já não há margem para a maquiagem política consistente em mudar algo para não mudar nada. Apesar de que ainda existam incautos suscetíveis de ser enganados, a própria dinâmica social e econômica acaba por ser inexorável; a crise fala por si mesma.

O rumo adotado constitui um pilar essencial no processo de desenvolvimento... desde que seja escolhido com sabedoria e com a ajuda de uma boa bússola ética. Um rumo estabelecido por consenso conjuga, ao longo do tempo, interesses, necessidades e valores; se ele for bem concebido, vai representar um fator de convergência e de motivação para o conjunto de forças que constituem a sociedade. Outros pilares são o conhecimento (baseado na educação, na pesquisa científica e tecnológica, e no estímulo à inovação e à criatividade) e a capacidade empreendedora, que devem ser impulsionados como um dos ativos sociais mais prezados. Participar no desenvolvimento desses pilares é uma responsabilidade e não uma fonte de privilégios.

Por onde começar?

Para encarar os efeitos da crise existem medidas de rápido impacto capazes de melhorar nossa forma de funcionamento e, ao mesmo tempo, de fortalecer nossa estrutura econômica e social. Não se trata apenas de medidas que visam à reativação, mas também de decisões que visam a reorientar o processo produtivo sem detê-lo.

É bom que estejamos alertas, porque cada vez que há uma crise o canto das sereias nos leva a reincidir em antigas receitas; como se não houvesse tempo ou espaço para novas soluções capazes de refrear os efeitos negativos e de nos transformar. As antigas fórmulas acarretam algumas coisas boas e outras não tão boas. Como experiência, elas são muito valiosas, mas é preciso separar a palha do grão e dar lugar a melhores estruturas que garantam a direção do rumo escolhido.

Trata-se, em essência, de mobilizar plenamente nossa capacidade de realização; de aproveitar toda nossa potencialidade produtiva, tanto a que hoje está ativa quanto a que foi esterilizada. É imprescindível mobilizar a base da pirâmide socio-produtiva através de medidas macroeconômicas, de iniciativas mesoeconômicas e de ações de apoio direto, tais como as desenvolvedoras de negócios inclusivos, as redes de investidores social e ambientalmente responsáveis e os fundos que investem na pequena produção; tudo isso, num contexto estratégico que vise a dar arrimo aos arranjos produtivos para maximizar o valor criado por eles, desenvolver as economias regionais e priorizar a educação, a ciência e a tecnologia.

A desigualdade e a crucial distribuição da renda

Muito se fala sobre a origem financeira da crise, e muito menos sobre o monte de outras razões estruturais que possibilitaram a implosão. Uma das mais importantes é a crescente concentração da renda existente tanto no interior de cada economia quanto no sistema econômico internacional. A concentração da renda cria mercados sobre-saturados de consumo supérfluo e, ao mesmo tempo, mercados empobrecidos que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas. Em ambientes onde a oferta de bens e serviços não pára de crescer e a demanda não pode acompanhar esse crescimento porque está fortemente concentrada, ocorrem estrangulamentos muito sérios. Para poder continuar funcionando sem fazer mudanças, o sistema econômico responde com soluções conjunturais que pouco e pouco vão cevando a bomba: por um lado, ele tenta ampliar a demanda mediante o sobre-endividamento dos consumidores, em lugar de proporcionar-lhes uma renda melhor (uma contradição intrínseca ao processo de concentração); por outro lado, ele procura reciclar os recursos procedentes de setores superavitários e os coloca em aplicações financeiras cada vez mais dissociadas de uma economia real que não pode crescer organicamente por causa do processo de concentração. O sistema financeiro lidera esse jogo, do qual obtém resultados suculentos, mas ele acaba por ficar enredado ao viabilizar o sobre-endividamento de consumidores cuja renda não os respalda e ao reciclar os excedentes do processo de concentração através de aplicações especulativas(2).

Embora se trate de uma dimensão crucial, devemos estar cientes de que o fato de darmos solução à crescente concentração da riqueza e da renda não seria suficiente para desatarmos todos os nós que entram no nosso desenvolvimento; pois existem outras variáveis cruciais, tais como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento tecnológico e da produtividade, o espírito empreendedor, a eficiência na gestão e o capital social das comunidades, que incidem fortemente sobre o curso dos acontecimentos; ignorar essas variáveis também resulta em desajustamentos sistêmicos. No entanto, é inegável que a desigualdade adquiriu tamanha magnitude a nível mundial que hoje constitui uma das principais ameaças à viabilidade do desenvolvimento contemporâneo. Assim, o “fator” distribuição da renda fica associado não só aos valores ligados à justiça e ao respeito pela condição humana, mas também à própria estabilidade e sustentabilidade de nosso funcionamento como nação. Abater o processo de concentração e suas conseqüências, quanto à desigualdade e pobreza, passa a ser uma condição necessária —e mais ainda, imprescindível—, mas não suficiente, para melhorar a estrutura socioeconômica e alcançar um melhor funcionamento sistêmico.

Hoje, no melhor estilo do ex-presidente Clinton, a mensagem para aqueles que navegam pela superficialidade dos processos poderia ser: “se trata do processo de concentração, estúpido”.

Notas:

(1) Ver o artigo Exercer a [liderança na vertiginosidade da aceleração contemporânea](#), veiculado na Opinión Sur em outubro de 2008. (2) Esta análise pode ser consultada no artigo [Sair da crise para um melhor funcionamento sistêmico](#), veiculado na Opinión Sur em outubro de 2008.

Capítulo 4

Sair da crise para um melhor funcionamento sistêmico

A crise internacional que estamos atravessando manifesta graves falhas sistêmicas na forma de funcionamento dos países centrais. É o coração do sistema global que está falhando e que procura proteção para não ser arrasado pelas mesmas forças que ele ajudou a desatar. O acontecido aparece como um tsunami financeiro criado, não pela natureza, mas pela forma em que decidimos nos organizar e funcionar. No entanto, não podemos nos enganar: há outras causas estruturais, além das financeiras. Hoje, o desafio consiste em conseguir que as medidas de emergência facilitem o início de mudanças fundamentais; recompor o funcionamento sistêmico tal como este era antes de entrar em curto-circuito e despencar seria a pior das opções.

A crise internacional que estamos atravessando manifesta graves falhas sistêmicas na forma de funcionamento dos países centrais. É o coração do sistema global que está falhando e que procura proteção para não ser arrasado pelas mesmas forças que ele ajudou a desatar. O acontecido aparece como um tsunami financeiro criado, não pela natureza, mas pela forma em que decidimos nos organizar e funcionar. No entanto, não podemos nos enganar: há outras causas estruturais, além das financeiras.

Necessitamos refletir e rever alguns conceitos, inclusive os mais consagrados; reconhecer a realidade dos processos em andamento e afastar-nos dos discursos dogmáticos. Está na hora de rever a fundo o “contrato global”, reconhecendo a lógica que o sustenta e os efeitos não previstos de seu funcionamento. Embora haja muito a ser transformado e ajustado, também existem ativos que vale a pena preservar; não adianta atirar-se e balançar de um para outro extremo do pêndulo.

Para entender plenamente os acontecimentos é preciso considerar as externalidades não desejadas do atual sistema econômico mundial; reconhecer como elas surgiram, procurar a maneira de abatê-las e evitar que possam se reproduzir. As externalidades não desejadas estão presentes na crise sistêmica e também na eventual

transição para um melhor funcionamento sistêmico; elas vão condicionar os novos acordos necessários para redesenhar a arquitetura financeira e reorientar a economia real.

A dimensão financeira da crise

Há a impressão de que a crise é de origem financeira, e que se o sistema financeiro fosse reformado, ela recuaria até desaparecer. Trata-se de uma meia verdade. Com certeza, o sistema financeiro saiu fora das bordas, afastou-se perigosamente da economia real e acabou por assumir o papel de locomotiva e piloto da economia global. A movimentação de fluxos financeiros adquiriu uma magnitude fenomenal. Um simples clique do computador pode movimentar, em tempo real, mares inteiros de recursos de um para outro ponto do globo. Os agentes financeiros que a princípio mantinham um olho nos seus negócios financeiros e outro olho na economia real, depois voltaram os dois olhos, os ouvidos, o olfato e a intuição somente para a obtenção de resultados em jogadas financeiras cada vez mais complexas. Assim, os espaços financeiros foram se distanciando de seus pontos de ancoragem na economia real. A cobiça e o “facilismo”, o fato de ganhar esse milésimo que, multiplicado por milhares de milhões, resultou em fortunas instantâneas, acrescentaram-se aos fatores que hoje conduzem o processo ao abismo.

Os reguladores, por sua vez, não souberam ou não quiseram cumprir com sua função de exercerem o controle e agirem como alertas; reinou a crença de que o mercado era capaz de se auto-regular e de que se houvesse um transbordamento, originariam-se mecanismos corretivos a nível endógeno. Porém, o mercado transbordou e não surgiram mecanismos corretivos, afora os implementados pelas autoridades políticas e com altíssimos custos sistêmicos.

O desenfreamento do sistema financeiro virou uma das causas estruturais da crise, mas sua gênese e sua implosão estão ligadas a um outro aspecto estrutural crucial da forma em que os mercados funcionam: os generalizados processos de concentração da renda e da riqueza, tanto entre países quanto no interior de cada país.

Aquele esquecido processo de concentração da riqueza

a. Entre países

As gigantescas diferenças econômicas existentes entre os países originam todo tipo de antagonismos, conflitos que prejudicam aquelas nações que concorrem em desvantagem, imposições com base nas diferenças de poder, reações virulentas, repressão, castigos, movimentos demográficos não desejados, e uma homogeneização do pensamento com epicentro nos países centrais que limita nossa capacidade de apreciar as diferenças e empobrece as respostas.

O processo de concentração internacional da riqueza cria mercados sobressaturados de consumo excessivo e mercados empobrecidos, com populações cujas necessidades básicas atingem baixos níveis de satisfação. No meio desses dois pólos, há países com diversos níveis de vida e de consumo. Quando no interior dos países centrais se produzem sérios estrangulamentos —decorrentes de uma oferta de produtos que não para de crescer e que depende, para sustentar esse crescimento, de uma demanda que não a acompanha porque ela está fortemente concentrada—, o funcionamento sistêmico braceja à procura de soluções conjunturais que lhe permitam manter intata sua estrutura. As soluções desse tipo, que facilitam o acesso ao consumo, mas não à renda (para isso seria preciso alterar o sistema de distribuição), requerem um sistema financeiro que empurre, quanto puder, os limites de viabilidade do processo de concentração; um sistema financeiro que atue como efêmero dique de contenção dos efeitos decorrentes do funcionamento sistêmico.

Enquanto isso acontece nos países centrais, algumas das grandes economias emergentes implantam ajustes estruturais que lhes permitem atingir vigorosas taxas de crescimento. Países como a China, a Índia, o Brasil e as dinâmicas economias do sudeste asiático ocupam posições globais predominantes, acumulando um grandes superávits comerciais e financeiros. Nessa conjuntura, as economias centrais, ao adiarem os ajustes sistêmicos que poderiam resolver seu desbalanceamento estrutural,

correm o risco de não poderem conservar sua posição na liderança global e acabam por afetar, no curto ou no médio prazo, o resto dos países.

b. No interior dos países

No interior das economias emergentes, as desigualdades resultantes do processo de concentração se evidenciam na propagação da pobreza, em uma institucionalidade precária, em uma estrutura produtiva débil, em freqüentes estrangulamentos externos e na fragilidade do mercado interno, fatores que desestabilizam o funcionamento sistêmico e causam crises periódicas de caráter funcional e estrutural.

Tal como já assinalado, as economias centrais possuem mais recursos e podem conter, por algum tempo, os efeitos negativos da concentração econômica em sua própria economia; no entanto, se esse processo não virar, os efeitos vão achar, de qualquer jeito, uma maneira de se manifestar.

A lógica econômica faz com que, quando a produção aumenta de forma contínua e a riqueza se concentra, se produzam desajustamentos estruturais. A produção resultante da atividade produtiva é orientada, em parte, para a sustentação dos segmentos que se beneficiam com a concentração; mas, como essa demanda é insuficiente para absorver o conjunto da oferta, ela também tenta encontrar mercados-alvo entre os segmentos desfavorecidos. A porção da oferta que está orientada para os consumidores afluentes não pode crescer senão através da promoção do consumo supérfluo; porém, a oferta orientada para o resto da população depende do estabelecimento de mecanismos que facilitem o consumo além de suas possibilidades econômicas. O sistema financeiro, que é uma parte essencial do sistema econômico, se desenvolve de acordo com essas circunstâncias e cresce impetuosamente com base nas “soluções” que ele contribui para esse funcionamento sistêmico de natureza concentradora: recicla recursos excedentários mediante aplicações financeiras e financia um consumo que não poderia se manifestar no mercado através de seus próprios recursos. É penoso, mas doutrinante, o fato de acompanhar os efeitos do processo de concentração, que se coam como lava através do sistema econômico até desembocarem, de maneira explosiva, numa crise sistêmica.

Uma perigosíssima combinação de fenômenos

O consumo supérfluo é uma das maneiras em que os segmentos afluentes aplicam os recursos que excedem à satisfação de suas necessidades básicas. Porém, não são apenas eles que caem nesse tipo de consumo; também participam os segmentos médios e baixos com acesso ao financiamento. Por meio da propaganda agressiva, o mercado procura constantemente ampliar os limites daquilo que os diferentes grupos sociais consideram necessidades básicas, criando, de maneira artificial, uma insatisfação quase permanente que vira consumo ao se misturar habilmente com questões complexas ligadas à ansiedade existencial. A enorme massa de consumo supérfluo causa efeitos sistêmicos perversos, já que sustenta um nível de produção que não condiz com o sistema de distribuição prevacente (aquecimento financeiro por sobre-endividamento); além disso, conduz boa parte da estrutura produtiva para a produção de bens ou serviços supérfluos, estabelecendo uma estrutura subótima para o repasse de recursos e atraindo novos interessados em manter o processo de concentração.

Os recursos excedentários dos segmentos favorecidos pelo processo de concentração são aplicados em investimentos financeiros ou na economia real; essas aplicações, ao amadurecerem, intensificam a concentração. A aplicação de recursos segue critérios de rentabilidade e de risco; isto é: seja de maneira direta, seja através de intermediários financeiros, os segmentos favorecidos buscam aquelas aplicações que garantem a maior rentabilidade possível, dado um certo nível de risco aceitado. Esses critérios de rentabilidade e de risco não costumam estar associados a outros critérios relacionados com o impacto social e ambiental dos investimentos¹, fato que demonstra que ainda não existe um mecanismo sistêmico capaz de garantir uma melhor utilização global da poupança disponível. Como cada opção para a aplicação de recursos concorre com outras, há uma briga pela captação desses recursos. Uma parte dessa briga é legítima e se baseia na capacidade dos agentes participantes de tirarem proveito das inovações e de serem mais eficientes do que seus concorrentes; mas uma outra parte é ilegítima e se baseia na capacidade dos agentes de (a) maximizarem o retorno do investimento com base em informações privilegiadas, em posições monopólicas e na

possibilidade de lucrarem com a corrupção, as organizações criminosas, a exploração da força de trabalho, a destruição do meio ambiente, os conflitos bélicos, etc; e (b) de ocultarem os riscos e responsabilidades através de operações complexas e de redes de intermediação e derivação.

Como já foi apontado, o processo de concentração também abre uma lacuna entre a demanda efetiva dos segmentos médios e baixos da população, e a oferta de bens e serviços dirigida a eles. A forma mais apropriada, a nível sistêmico, de fechar essa lacuna estrutural é desmontar o processo de concentração e facilitar o desenvolvimento de uma demanda genuína sustentada em seus próprios recursos. Quando isso não acontece, e o crescimento da estrutura produtiva exige a contrapartida de uma demanda que não consegue atingir uma taxa de crescimento similar, surgem condições para que o sistema financeiro tente ampliar essa demanda além de sua capacidade de pagamento. Entre esse ponto e o sobre-endividamento dos consumidores há somente um passo; a bolha de hipotecas subprime talvez seja o mais dramático, mas não o único, exemplo desse processo perverso.

Portanto, a conjunção de um processo estrutural de concentração da riqueza que se reforça a si próprio, com a decorrente expansão tanto do consumo supérfluo quanto do sobre-endividamento dos consumidores com média e baixa renda, além do fato de que há um segmento do sistema financeiro que, com sofisticada cobiça, sustenta artificialmente a situação, ultrapassando os rígidos limites impostos por esse funcionamento caracterizado pela concentração, explicam a lógica que conduz à crise. Contudo, é verdade que as trajetórias específicas que levam à crise são mediatizadas pelas circunstâncias históricas e institucionais próprias de cada lugar.

A emergência e a saída da crise

Segundo uma expressão popular, quando a casa pega fogo, primeiro é preciso apagar o incêndio. Porém, essa alegoria é enganosa, já que indica que a única coisa a ser feita durante uma emergência é atacar o fogo destruidor da melhor forma possível; mais tarde, haverá tempo para descobrir a origem do fogo e reconstruir o que tiver que ser

reconstruído. No entanto, acontece que quando o que fica estragado é um sistema, é preciso que as imprescindíveis medidas de emergência sejam apresentadas conjuntamente com rápidos ajustes no funcionamento desse sistema, para evitar, assim, a extinção de apenas um fogo e o surgimento de outros em lugares e momentos inesperados. Em outras palavras: as necessárias medidas de emergência devem carregar consigo o germe dos ajustes sistêmicos.

Acontece que não existe uma única maneira de fazer frente a uma emergência sistêmica; e a pior de todas seria aquela que permitisse recompor o funcionamento sistêmico tal como este era antes de entrar em curto-circuito e despencar. Em próximas edições da Opinión Sur tentaremos especificar algumas das características de uma saída da crise capaz de configurar um funcionamento sistêmico mais justo e eficaz.

Nota:

(4) Felizmente existe uma crescente corrente de investidores, significativa, porém minoritária se a compararmos com os astronômicos movimentos financeiros contemporâneos, que ponderam suas opções de investimento segundo critérios sociais e ambientais

Capítulo 5

Crise nos Estados Unidos: sugestões vindas do Sul

A crise dos Estados Unidos apresenta importantes desafios internos. Desenvolve-se uma virulenta pugna entre diferentes segmentos da sociedade para evadir ou transferir os custos da crise. Enquanto alguns lucram com ela, o resto procura subsistir no decurso da tempestade. As soluções a serem adotadas irão condicionar fortemente as futuras trajetórias. Quando a turbulência passar, vai ser muito difícil transformar as novas dinâmicas estabelecidas. Diante disso, o olhar atordoado não serve. É fundamental analisar, no decorrer dos acontecimentos, as conseqüências das diferentes estratégias de saída à luz dos princípios fundacionais do país. A crise não requer outros princípios; mas antes põe a prova os princípios existentes. Não é aconselhável recorrer a custosos “salvamentos”, que em lugar de relançar o país sobre bases mais inclusivas poderiam reforçar os processos de concentração.

Estados Unidos atravessa uma crise que afeta o próprio país e o resto do mundo. As causas dessa crise são complexas e diversas. Já faz um bom tempo que Juan Eugenio Corradi começou a oferecer, através da seção Geopolítica da Opinión Sur, sua aguda visão sobre a natureza do processo que originou a crise atual. Com base nessa perspectiva e em nossa experiência no Sul, eu pensei se poderia ter algo a contribuir para a opinião pública norte-americana.

Na verdade, primeiramente achei essa idéia estranha, pois os conselhos e as sugestões costumam seguir o curso Norte-Sul mais do que a direção Sul-Norte. Depois me lembrei da resistência oposta pelo Sul às receitas enlatadas provenientes de certos organismos e usinas ideológicas do Norte. Então, eu disse para mim mesmo que, por respeito a nossos irmãos do Norte, não tinha direito a reproduzir esses erros. Qualquer sugestão que eu pudesse oferecer não devia ser compreensiva nem categórica, porque aqueles que vivem nesse processo compreendem melhor suas potencialidades e vicissitudes. Essas circunstâncias são inúmeras, mudáveis, singulares; às vezes, óbvias; e outras vezes, profundas, enraizadas nas tradições, nas visões e nas aspirações nacionais de longa data. Por isso, as linhas a seguir constituem simples sugestões para a

reflexão, que podem servir —ou não— de insumos para aqueles que hoje têm de enfrentar a severa crise que os afeta.

Princípios básicos que devem ser respeitados na procura de soluções

Toda sociedade é portadora de certos princípios básicos que fazem a sua identidade e se projectam em seu comportamento. Esses princípios devem ser respeitados e integrados às soluções desenhadas para superar os problemas, sejam estes grandes ou pequenos. Nenhum desses princípios deve ser abandonado ou ajustado, a menos que ele seja incompatível com a conjuntura do momento.

Não é meu propósito detalhar o conjunto de princípios fundacionais dos Estados Unidos que ainda hoje guiam a conduta dos cidadãos. Para efeito deste artigo, permitam-me escolher apenas alguns dos princípios mais valorizados pelo povo dos Estados Unidos.

Princípios básicos que devem ser respeitados na procura de soluções

Toda sociedade é portadora de certos princípios básicos que fazem a sua identidade e se projectam em seu comportamento. Esses princípios devem ser respeitados e integrados às soluções desenhadas para superar os problemas, sejam estes grandes ou pequenos. Nenhum desses princípios deve ser abandonado ou ajustado, a menos que ele seja incompatível com a conjuntura do momento.

Não é meu propósito detalhar o conjunto de princípios fundacionais dos Estados Unidos que ainda hoje guiam a conduta dos cidadãos. Para efeito deste artigo, permitam-me escolher apenas alguns dos princípios mais valorizados pelo povo dos Estados Unidos.

- princípio da liberdade de pensamento e da liberdade de criar e desenvolver quaisquer iniciativas que não violem a lei.
- princípio democrático de oferecer a todos as mesmas oportunidades.

- princípio de unidade nacional e de proteger os mais fracos.
- princípio de responsabilidade pelos próprios atos e pelas consequências deles.

Com certeza, existem muitos outros princípios importantes; porém, o conjunto apontado acima é um bom sustentáculo para as sugestões apresentadas nas linhas a seguir.

A co-responsabilidade diante da crise e das soluções

Decerto todos somos responsáveis pelas crises, mesmo que em diferentes graus. Este não é o momento apropriado —além de tratar-se de uma tarefa muito difícil— para confeccionar uma escala acabada e minuciosa sobre o grau de responsabilidade de cada um, mas é claro que há grandes diferenças entre os diversos agentes.

Poderia se afirmar que os principais responsáveis diretos são aqueles que deram origem às bolhas especulativas que acabaram estourando, e aqueles que não souberam ou não quiseram controlá-los, ignorando sua responsabilidade institucional. São eles que deveriam assumir a maior parte dos custos necessários para sair da crise. São também responsáveis principais aqueles que desenharam as normas e regulamentações políticas que conduziram o país à crise.

Existem outros co-responsáveis: aqueles que apesar de não terem causado as bolhas participaram nelas e se beneficiaram com a situação. Eles também deveriam assumir sua cota de responsabilidade e parte dos custos.

Em alguma medida, por ação ou omissão, todos os outros segmentos da sociedade norte-americana têm graus decrescentes de responsabilidade e, por isso, também devem participar dos custos decorrentes das soluções, ainda que numa proporção menor.

Por que fazer finca-pé nos diferentes graus de co-responsabilidade? Porque os grupos de interesse também operam nas crises. Os mais destros e os mais bem

relacionados ou informados farão todo o possível para transferir os custos resultantes de sua co-responsabilidade para outros ombros. Fatores como a turbulência, o medo e o desconcerto, que atezam a mente do homem comum numa situação de crise, são aproveitados pelos mais espertos para eludirem custos e, se for possível, até para lucrarem com a crise. Quase não há dúvidas de que, por fim, a crise será resolvida, já que um país com o poder político, econômico e militar dos Estados Unidos não se deixará colapsar facilmente. Neste artigo não se analisa a questão das possíveis transferências de custos dos Estados Unidos para outros países, mas, da perspectiva interna, o fato é quem pagará os desacertos cometidos e quais segmentos da sociedade norte-americana irão sair fortalecidos e quais debilitados ou demolidos. Se o mercado já é feroz em épocas normais, é fácil imaginar sua voracidade em épocas em que os limites e as possibilidades são violentamente reestruturados, causando dramáticos avanços e retrocessos. Segundo o dito popular, “a rio revolto, ganhança de pescador”; mas nos momentos de crise, os pescadores que obtêm lucro não costumam ser os mais honrados, solidários e preocupados com a situação que afeta o conjunto da sociedade, senão os mais hábeis para tirar vantagens da desgraça de muitos. Toca aos reguladores e à opinião pública consciente erguer-se para dar alento àqueles que realmente ajudem a recuperação e, ao mesmo tempo, conter o abuso e a depredação, protegendo o cidadão comum e, especialmente, os membros mais vulneráveis da população.

Soluções justas e eficazes na hora de atravessar a tempestade

O fato é que, diante de uma crise os agentes mais audaciosos aproveitam o temor e o risco certo de colapso generalizado para modelar as soluções destinadas a atravessar a tempestade em favor de seus próprios interesses. Enquanto a maioria procura abrigo até a tormenta amainar, os audaciosos obtêm pingues proveitos no decurso mesmo da tempestade. Eles não se preocupam em fazer frente às conseqüências diretas do que está acontecendo. Que sejam as agências públicas, as organizações religiosas ou de desenvolvimento, e os cidadãos comuns que as assumam. Os especuladores dispõem de toda sua energia para aproveitar a conjuntura. Nós, nos países do Sul, temos visto até a fatura que as crises, de fato, geram oportunidades, mas que essas oportunidades não estão democraticamente ao alcance de todos. Os que dispõem de liquidez, contatos,

informação privilegiada, soem lucrar desaforadamente, enquanto o resto, encurralado pelos efeitos da crise, apenas pode se ocupar em subsistir durante a tempestade. Quando a turbulência passar, já é tarde demais para recompor a situação: as dinâmicas estabelecidas, depois são mais difíceis de transformar.

Há muito a precautelar durante uma crise, e este autor é incapaz de identificar tudo quanto deveria ser feito. Apenas posso apontar que o desafio não consiste em sobreviver à tempestade, senão em aproveitar, para o bem do conjunto social, as oportunidades forçadas ou engendradas pela crise. Em particular, visto que o foco da *Opinión Sur* está nos segmentos populacionais da base da pirâmide social, posso sugerir algumas medidas de emergência para ajudar esses segmentos a saírem da crise fortalecidos e não debilitados.

Durante a crise, e não depois dela, é preciso dinamizar a mobilização produtiva dos pequenos produtores; fazê-lo imediatamente, com força e determinação. É imprescindível fortalecer as condições de funcionamento da amplíssima base da estrutura produtiva norte-americana: facilitando o crédito e o acesso a capitais, mas também proporcionando informação sobre as boas oportunidades de mercado e as modernas engenharias de negócios disponíveis. Não se trata de fazer mais um pouco do mesmo, senão de tirar proveito da oportunidade de “baralhar e dar de novo”, surgida a partir da crise, para dar lugar a algo muito melhor e sustentável.

Estados Unidos tem os instrumentos necessários para empreender uma iniciativa de significação e transcendência. Porém, a envergadura do desafio exige que esses instrumentos sejam reforçados. Já existem fundos comunitários de capital de risco (*Community Venture Capital Funds*): é preciso capitalizá-los e multiplicá-los aproveitando a experiência acumulada nas duas últimas décadas. Existem programas públicos e privados voltados para os pequenos empreendimentos produtivos: este é o momento de ampliar o financiamento desses programas e de pôr o máximo de tensão neles. Há bancos especializados em pequenos empréstimos: é necessário desenvolver ainda mais esse setor e universalizar sua abrangência.

Tudo isso é possível e necessário. Mas há alguns outros elementos catalisadores que podem enriquecer extraordinariamente a mobilização da enorme base produtiva dos Estados Unidos. Eles têm um denominador comum: o conhecimento.

Catalisar uma melhor saída da crise

A comunidade científica e tecnológica dos Estados Unidos é impressionante. Poderá não ser perfeita e, de fato, tem muito a melhorar, mas a ciência e a tecnologia desse país constituem um instrumento inigualável para mobilizar com eficácia sua base produtiva. Se bem que seu foco principal não costuma estar nos pequenos produtores e que, de jeito nenhum, seja viável descuidar outras áreas de importância estratégica, o certo é que há uma enorme margem, até agora pobremente aproveitada, para promover uma explosão produtiva a partir da base da pirâmide social; isto é, facilitar o desenvolvimento acelerado, mas sustentável, de um número significativo de pequenos empreendimentos promissores.

Enfatizamos a noção de “promissores”, associada ao conceito de excelência e sustentabilidade, porque não se trata de reproduzir idéias medíocres ou empreendimentos não-sustentáveis, senão de fazer com que o melhor do espírito empreendedor e inovador germine. Só que a excelência, para adquirir envergadura significativa, tem de atingir a imensa maioria dos pequenos empreendimentos, e não apenas um punhado de iniciativas. Como encarar um desafio tão grande e tão complexo? Primeiramente, não deve surpreender que seja a partir das crises que surjam as condições propícias para se experimentar soluções novas para problemas antigos. Mais que observar atordoados o avanço da recessão e da especulação, se trata de que a comunidade científica e tecnológica se declare em emergência e apoie, na situação atual, os pequenos empreendedores para eles poderem aproveitar os novos espaços econômicos. Desse modo, em lugar de ter uma sociedade ainda mais desigual ao sair da crise, Estados Unidos poderia contar com uma base produtiva mais ampla, dinâmica e criativa.

Há milhares, dezenas de milhares de empreendedores prontos a encarar o desafio. Não faltam oportunidades, mas as condições para poder aproveitá-las têm que

estar disponíveis. Uma dessas condições é que as agências de desenvolvimento e as redes de investidores anjos reforcem seu conhecimento sobre os pequenos empreendedores. Se for possível, elas devem disponibilizar sistemas de engenharia de negócios (tais como os sistemas de franquias, os consórcios de exportação e as centrais de serviços) capazes de articular os pequenos produtores que hoje estão espalhados e transformá-los em organizações de médio porte, permitindo-lhes o acesso a melhores limiares de oportunidades. Além disso, é preciso articular os investidores anjos com um maior número de fundos comunitários de capital de risco e de novas desenvolvedoras de bons negócios que sirvam à base da pirâmide social, multiplicar os sistemas de promoção da inovação social, reorientar as Escolas de Negócios para elas atenderem melhor os pequenos produtores, ativar a responsabilidade mesoeconômica das empresas que lideram arranjos produtivos, a fim de incorporar explicitamente na sua matriz de decisões o impacto de seu próprio comportamento sobre os fornecedores, os distribuidores e as comunidades nas quais elas desenvolvem seus negócios (além dos clássicos programas de relações públicas ou corporativas). Não precisamos dizer que o papel do setor público se agiganta durante a crise, pois a situação exige otimizar o repasse de verbas públicas e eliminar a regressividade do sistema tributário.

É interminável a relação de ações e medidas que podem ser implementadas para sair-se de uma crise da melhor maneira possível. Mas o critério ordenador básico consiste em fazer frente à crise sustentando indeclinavelmente aqueles princípios que o povo norte-americano considere fundacionais em relação a sua identidade e ao futuro desejado. Não existem princípios para épocas normais e princípios para momentos de crise. As crises não precisam de outros princípios, senão de medidas de emergência consubstanciadas com esses mesmos princípios. Promover a liberdade de pensamento e a liberdade para criar e desenvolver iniciativas, democratizar as oportunidades, preservar a unidade nacional, proteger os mais fracos, assumir a responsabilidade pelos próprios atos e pelas conseqüências deles, são princípios que não desaparecem com as crises; ao contrário, são postos a prova por elas. A partir dessa bússola, os norte-americanos podem explorar novas vias para saírem fortalecidos e renovados da crise — tomara que sim—, em lugar de recorrer a custosos “salvamentos” que acabem exacerbando graves fenômenos de concentração econômica.